



A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII.

Alexia Helena de Araujo
Shellard*

Resumo: A interiorização da colonização portuguesa no Brasil apenas ocorreu no final século XVII, quando ricos reservatórios de ouro foram descobertos nas futuras Minas Gerais. A penetração se iniciou pelo eixo do Caminho Velho, que ligava o porto de Paraty aos arredores dos Pico do Itacolomi. O movimento de expansão colonial luso-brasileiro do século XVIII representou uma grande ruptura sócio-ambiental na região em função da introdução nesses ‘sertões’ de novos costumes, imaginários, técnicas e bioorganismos. Ainda que a limitação das técnicas tenha minimizado a escala de impactos, as raízes para a destruição massiva dos ecossistemas nativos da região foram plantadas nesse período, especialmente porque as lógicas locais passaram a ser suplantadas pela lógica metropolitana de acumulação de riquezas materiais.

* Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

The Ecological Colonization of the Gold Path: mining and devastation in the eighteenth century.

Abstract: The interiorization of Portuguese America only occurred in the late seventeenth century, when rich gold deposits were discovered in future Minas Gerais. The colonization of the hinterlands was initiated by the axis of the Old Path, which connected the port of Paraty to the surroundings of Itacolumi Peak. The movement of Luso-Brazilian colonial expansion that took place mainly during the eighteenth century represented a major social and environmental disruption in the region because of the introduction of new habits, imaginaries, techniques and bioorganisms. Although limitation on techniques have minimized the scale of impacts, the roots for the massive destruction of native ecosystems in the region were planted during this period, especially because logics from the place became supplanted by metropolitan logic of accumulation of material wealth.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; História Colonial; História Indígena.

Key-Words: Cultural Landscape; Colonial History; Indigenous History.

Introdução

O presente artigo consiste em uma análise das transformações sócio-ambientais ocorridas entre fins do século XVII e meados do século XVIII na região terrestre do Caminho Velho do Ouro. Aberto sobre trilhas indígenas milenares, o Caminho Velho ligava a costa ‘civilizada’ ao sertão ‘selvagem’, representando um dos primeiros eixos de interiorização da América Portuguesa. Partindo do porto de Paraty, a via terrestre atravessava a Serra do Mar e alcançava o Vale do Paraíba, onde se unia ao Caminho Geral do Sertão. Transpunha então a Serra da Mantiqueira, através da Garganta do Embaú, e adentrava os sertões que, ao longo do século XVIII, seriam devassados, na primeira corrida do ouro da era moderna.

O período estudado representa, portanto, uma profunda transformação sobre um território que, em menos de um século, perde inteiramente seu caráter ‘selvagem’, tornando-se, em função dos ricos depósitos de ouro, extensão da colônia luso-brasileira. As mudanças ocorridas há mais de dois séculos remetem hoje aos processos contemporâneos de globalização e segregação espacial; as ocorrências observadas no período setecentista refletem tendências homogeneizantes em curso ainda hoje: por um lado, espécies exóticas foram introduzidas em sistemas monocultores, contribuindo para a redução da diversidade natural; por outro, a diversidade cultural indígena foi restringida através da massificação perpetuada pela matriz européia.

Através de escravização, massacre e aculturação de povos nativos, a fronteira colonial se expandiu, provocando um profundo empobrecimento cultural e ambiental das Américas. As florestas foram destruídas, transformadas em lavras, pastos, lavouras e vilas, desestruturando comunidades, cuja sobrevivência dependia de determinadas configurações ambientais. Explorando a dialética entre cultura e natureza, o artigo abordará, então, a transmutação de parte do sertão desconhecido em uma das mais importantes capitânicas da colônia, nomeada de Minas Gerais. Nesse território, temporalidades e espacialidades distintas confrontaram-se, ocasionando novas lógicas estruturais da dinâmica histórico-geográfica.

Impondo inúmeras diretrizes sobre a mineração no Brasil, a Coroa Portuguesa articulou a realidade local à conjuntura sócio-econômica européia, e desvinculou motivações de uso e lugar, estabelecendo novas relações entre uso e preservação da natureza (SANTOS, 2008). Os limites de utilização de recursos da natureza deixaram de estar associados a conjunturas locais, possibilitando o desenvolvimento de um caráter predatório de exploração da natureza. Os efeitos da extração do ouro difundiram-se por realidades tão longínquas quanto a África e a Europa. Os quintos arrecadados contribuíram não apenas para a ostentação da corte portuguesa do rei João V, mas para o fortalecimento da economia britânica, culminando na Revolução Industrial.

Além disso, o fluxo comercial que unia o mercado negreiro africano às colônias ibéricas do Atlântico sul foi engrossado substancialmente para abastecer as volumosas demandas de Minas Gerais por escravos. Nas capitânicas brasileiras, a repercussão foi ainda mais imediata: o abastecimento do sistema minerador exigiu a colonização de novas áreas do sertão, além de implicar na introdução de novas espécies vegetais e animais para sustentar a nova onda de colonização. Por outro lado, mesmo as costas ‘civilizadas’ tiveram suas economias alteradas para abastecer necessidades materiais das Minas Gerais.

Caminho Velho

Em menos de trinta dias, marchando de Sol a Sol, podem chegar os que partem da Cidade do Rio de Janeiro às Minas Geraes [...] da Cidade do Rio de Janeiro foraõ a Paratijs. De Paratijs a Taubatê. De Taubatê a Pindamonhangâba. De Pindamonhangâba a Guaratingaetâ. De Guaratingaetâ ás Roças de Garcia Rodrigues. Deftas Roças ao Ribeirão. E do Ribeirão com oitos dias mais de Sol a Sol chegaraõ ao Rio das Velhas. (ANTONIL, 1711, p. 163)

Uma das primeiras rotas do ouro no Brasil, o Caminho Velho incluía, na verdade, não apenas o trecho terrestre descrito acima, mas também uma parte percorrida por vias marítimas, de Parati a Sepetiba, de onde, novamente por terra, os carregadores seguiam até a cidade do Rio de Janeiro através das roças da fazenda Santa Cruz. Nos atentamos, contudo, à região localizada nos entornos da via terrestre entre as minas e o porto de Parati.

Coberto originalmente por densa vegetação característica das florestas tropicais úmidas, o trecho da costa até a Serra da Mantiqueira era apenas um prenúncio dos árduos obstáculos que teriam que ser superados ao longo de centenas de quilômetros e dezenas de dias de viagem.

Nos arredores da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté encontrava-se o Caminho Velho com a trilha oriunda de São Paulo de Piratininga. Ao longo das primeiras décadas do século XVII, esse entroncamento foi desviado para Pindamonhangaba e posteriormente para Guaratinguetá, diminuindo a distância entre a Freguesia do Falcão (que originou Cunha) e o Rio Paraíba (SANTOS, 2001). Após cruzar a Garganta do Embaú – um dos vales mais baixos da Serra da Mantiqueira, os relatos encontrados passam a ser vagos e contraditórios: Antonil (1711) cita as roças de Garcia Rodrigues tanto no Caminho Novo quanto no Velho; não se pode afirmar se é uma questão de homonímia ou se as roças de Rodrigues realmente tinham essa vasta extensão. O pai de Garcia Rodrigues Paes, Fernão Dias, de fato, foi um dos pioneiros desbravadores dos sertões dos Cataguás; assim, as mercês concedidas pela Coroa Portuguesa por papel tão crucial no desenvolvimento da exploração aurífera de Minas Gerais podem, porventura, ter beneficiado seu herdeiro com tão vasta propriedade.

O frágil mapeamento do interior brasileiro, que já vinha sendo explorado desde o século XVI, apenas se aprimorou ao longo do processo de exploração aurífera do século XVIII. Paralelamente ao surgimento e crescimento de arraiais e povoados, muitos dos acidentes geográficos nos arredores do Caminho Velho foram identificados e nomeados, facilitando o efetivo reconhecimento dos lugares citados. A evolução da produção cartográfica sobre as Minas ao longo do século XVIII demonstra uma drástica mudança de perspectiva: enquanto as imagens dos séculos anteriores mostram uma massa homogênea de terra representando o interior da América Portuguesa; os mapas do século XVIII são repletos de toponímia, especialmente aqueles que retratavam as Minas Gerais.

A descoberta de ouro no sertão dos Cataguás em fins do século XVII ocorreu como resultado do esforço contínuo de inúmeras gerações, que desde o século anterior vinham explorando as Américas em busca de metais preciosos (ZEMELLA, 1990). Diversas lendas se difundiam pelas áreas colonizadas, assim como pelas metrópoles, sobre o potencial aurífero do ‘novo’ continente, impetrando diversos movimentos de interiorização: a busca de Sabarabuçu, montanha resplandecente que os europeus imaginavam revestida de ouro ou prata (BOXER, 2000), promoveu, em certa instância, a colonização do sertão mineiro.

Alguns pesquisadores sustentam, no entanto, que paulistas já haviam encontrado jazidas de ouro anteriormente nos sertões interiores, ocultando das autoridades coloniais tais descobertas, para que não perdessem o domínio da região-berço de sua economia (COSTA, 2005; HOLANDA, 1996). Afinal, com a notificação da Coroa sobre tais tesouros, de fato, o controle da região deixou as mãos bandeirantes passando a ser efetivamente uma função oficial da metrópole. Assim, embora pela infinidade de descaminhos, continuassem a subsistir atividades proibidas pela Coroa, a liberdade outrora desfrutada pelos paulistas e outros grupos pioneiros é severamente restringida com o avanço do empreendimento colonial. Diversas espécies exóticas foram introduzidas nos ecossistemas mineiros, muitas vezes competindo com espécies nativas pelos recursos do meio; grandes áreas de floresta foram desmatadas para sustentar lavouras e pastos. Além disso, a exploração aurífera dos depósitos aluvionais provocou transformações na qualidade das águas, afetando toda a extensão dos ecossistemas através do efeito cadeia e assoreando diversos rios da região. Grandes áreas de montanhas foram desmatadas e erodidas com a busca do ouro de grupiara. Enfim, a mineração gerou severos impactos ambientais ainda hoje não cicatrizados.

Através das hipóteses do historiador Alfred Crosby (2011), tentamos contextualizar as transformações dos sertões mineiros em uma conjuntura mais ampla denominada academicamente como *Columbian Exchange*. Esse termo designa o intercâmbio de espécies, idéias e pessoas que se processou a partir das ‘descobertas’ marítimas do século XV. Conectando todos os continentes do planeta, com exceção da Antártica, essa troca teria sido, na visão de muitos pensadores ocidentais, um dos maiores e mais importantes eventos da história da humanidade, contribuindo para a diluição de diferenças culturais e ambientais entre os lugares. Outras idéias nas quais nos apoiamos partem do livro de Warren Dean sobre a Mata Atlântica (1996): segundo o autor, a região das minas teria sofrido um esvaziamento populacional ao longo dos primeiros séculos de colonização portuguesa em função dos patógenos trazidos nos navios europeus; assim a floresta estaria sofrendo na época das primeiras descobertas oficiais de ouro um processo de sucessão ecológica natural. A colonização europeia do século XVIII, contudo, altera esse processo

natural e institui uma nova dinâmica ambiental com a introdução de espécies de seres vivos do ‘Velho Mundo’ que operam numa tendência à homogeneização cultural e ambiental (CROSBY, 2011).

Colonização

As recentes pesquisas antropológicas e arqueológicas (MANN, 2007) vêm tentando desconstruir as versões tradicionais da história ocidental que calculam as populações ameríndias em números que não passariam de 10 milhões; essa velha perspectiva teria difundido a idéia de que a invasão européia teria trazido consigo o progresso e a ‘civilidade’, contribuindo para a evolução dos modos de vida das Américas. No entanto, estudos atuais vêm corroborando estimativas que situam entre 60 e 100 milhões, os habitantes das do ‘Novo Mundo’ no século XV; intercâmbios culturais, comerciais, matrimoniais e bélicos seriam, assim, muito mais comuns do que a historiografia clássica costuma supor (CASTRO, 1993).

Os navios europeus, porém, carregavam homens armas e germes, que causaram uma verdadeira revolução demográfica, exterminando grande parte das populações nativas; as epidemias foram responsáveis pela morte de cerca 90% das populações nativas do sudeste brasileiro, forçando grupos remanescentes a adotar a vida nômade para fugir do contato europeu (DEAN, 1996). Nessa revisão historiográfica, o mito da terra intocada (DIEGUES, 1994) perde sentido, já que aquelas que teriam sido consideradas por colonos como florestas virgens representavam, na verdade, paisagens antropizadas: através de técnicas e conhecimentos específicos, povos indígenas haviam sobrevivido por milênios à ‘hostilidade’ das florestas tropicais, compartilhando trilhas que conectavam os quatro cantos do continente americano (CASTRO, 1993). Para prevalecer, os europeus se apropriaram não apenas de territórios indígenas, mas também de conhecimentos milenares. Apoderado por aventureiros paulistas em fins do século XVII, o Caminho Velho foi inicialmente o percurso preferencial de escoamento do ouro descoberto nas Minas Gerais, unindo através de serras, rios e planaltos, o litoral aos depósitos auríferos dos sertões interiores. “[...] o que sucedeu em outros lugares da América, onde as picadas abertas pelos naturais da terra serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do Continente, ocorreu igualmente, e em maior escala, entre nós” (HOLANDA, 1994, p. 158). Ao longo do século, os paulistas haviam se debruçado sobre o interior na busca por escravos autóctones: “a zona inteira de floresta, dos 16° aos 26° de latitude sul, tornava-se sua área de operações” (DEAN, 1996, p. 97). A população paulista era, em grande parte, composta por mamelucos – filhos de homens portugueses e mulheres indígenas – que conservavam muitos costumes nativos como a língua. A relação entre as duas culturas, contudo, era assimétrica: os portugueses subordinavam conhecimentos e técnicas indígenas aos seus próprios interesses.

As bandeiras apresadoras devassaram os sertões interiores em todos os sentidos “do Prata ao Amazonas, da serra do Mar à cordilheira dos Andes” (ZEMELLA, 1990, p. 35). Num primeiro momento, isso significou a apreensão de milhares de ameríndios para serem vendidos aos senhores do nordeste como mão-de-obra para a indústria açucareira; o comércio de escravos nativos era, então, o eixo da economia paulista. A concorrência antilhana sobre a produção açucareira, contudo, alterou radicalmente o panorama econômico do período: não apenas a coroa passou a necessitar outras fontes de divisas como também os paulistas, que não encontravam compradores para seus presos. O governo metropolitano, que jamais perdera a esperança de encontrar depósitos auríferos no Brasil, resolveu então conjugar seus interesses aos interesses paulistas e passou a estimular expedições exploratórias de minérios, oferecendo mercês e benefícios aos descobridores de minas (ANTONIL, 1711).

O eixo de penetração delineado pelo Caminho Velho só se firmaria depois de algumas décadas quando a bandeira de Fernão Dias Paes, durante a segunda metade da década de 1670, fundou os primeiros núcleos de ocupação européia em territórios mineiros, além de estabelecer roças e paragens para proporcionar abrigo e alimento aos caminhantes. Na década de 1690, a descoberta efetiva de depósitos aluviais auríferos nos arredores da Serra do Espinhaço iniciou um intenso fluxo migratório em direção às minas atraindo indivíduos de origens diversas, além de estimular a vinda compulsória de escravos africanos (RODRIGUES, 2003). Paulatinamente, a população indígena remanescente nas Minas Gerais foi sendo inteiramente substituída por negros africanos e brancos europeus, com exceção de alguns poucos focos de sertões que perduraram inconquistados ao longo dos séculos posteriores. Povoados pipocavam nos

arredores dos caminhos e das datas de mineração dando origem a uma incipiente malha urbana.

Visando controlar o transporte de pessoas, mercadorias e ouro, a Coroa determinou vias preferenciais – inicialmente, o Caminho Velho – onde foram instalados registros e casas de fundição que cobravam impostos e beneficiavam o ouro. Com exceção de mercadorias e indivíduos específicos, o trânsito por outros caminhos – ou descaminhos – era terminantemente proibido. O termo ‘Estrada Real’, que possivelmente não era utilizado nos documentos oficiais da época, é usado atualmente para designar caminhos que foram autorizados por Portugal ao longo do século XVIII. Restringindo a circulação de produtos e pessoas, a Coroa visava evitar o contrabando e o esvaziamento de outras capitânias.

Sertão

A idéia de sertão no período colonial está relacionada, mais do que a atributos físicos, a uma percepção sócio-cultural do espaço; os sertões seriam as terras interiores ‘não-civilizadas’, zonas de litígio e conflito, habitadas por selvagens (RIBEIRO, 2008). Nesse sentido, o ambiente do sertão seria caracterizado não necessariamente pelo clima seco e a vegetação rala, mas por uma natureza não-domesticada, hostil. Na visão européia, as florestas densas e exuberantes se enquadravam nessa classificação, não havia animais e plantas familiares aos naturais do Velho Mundo, tudo era novo. Desvinculado do domínio europeu, os sertões seriam os espaços desconhecidos, indomados, habitados por feras e homens ferozes, ‘mundos sem forma’ (WEGNER, 2000).

Mas, assim como a população nativa, vista a partir de uma perspectiva dúbia – fonte de mão-de-obra e conflitos – o sertão embutia também promessas de riqueza: correndo “para o ocidente por um largo espaço [...] sabia-se [...] consistir de terras férteis, nas quais se poderiam instalar lavouras e criação de gados e fundar vilas e cidades. Podia ainda abrigar minas de metais, salitre e pedras preciosas” (SANTOS, 2010, p. 34-35). Cabia à metrópole a incorporação desse sertão ambíguo e movediço que recuava e avançava segundo o movimento da fronteira de colonização luso-brasileira (RODRIGUES, 2003). Os pioneiros paulistas aderiram à vida errante em busca de escravos e terras num primeiro momento, e posteriormente, em busca de ouro. Necessitavam assim se adaptar às condições impostas por uma natureza ‘selvagem’ e dependiam, para isso, de um conhecimento de que apenas os ameríndios dispunham. A cultura ameríndia fornecia as bases técnicas e materiais para que colonos lusos pudessem efetuar suas explorações espaciais: os indivíduos indígenas serviam como guias, decifravam trilhas e apresentavam recursos de sobrevivência no ambiente selvagem; além disso, trabalhavam compulsoriamente nos empreendimentos paulistas ou eram vendidos aos engenhos do nordeste.

No início, portanto, os intercursos entre portugueses e nativos, especialmente em termos materiais, foram íntimos e positivos, permitindo o estabelecimento de fortes vínculos entre conquistadores e terra conquistada – ou a conquistar (WEGNER, 2000). O equipamento técnico do Velho Mundo, contudo, não funcionava nesses sertões do ‘Novo Mundo’, implicando em uma reavaliação de hábitos e concepções europeus. A adoção do milho na dieta alimentar, dos pés descalços nas trilhas e do arco e flecha na caça reflete a adaptação dos portugueses às asperezas do meio nesse primeiro momento em que a fronteira exige um constrangimento das heranças externas às tradições indígenas acomodadas previamente àquele ambiente.

A penetração do sertão somente foi possível mediante essa nativização/indianização do português bandeirante (DEAN, 1996; WEGNER, 2000) ocorrida além das vilas. Nessas, porém, embora houvesse elementos nativos como a língua e o milho, a relação de dominação do europeu sobre o índio e o mameluco era bastante enfatizada, particularmente através de signos de status como sapatos de couro e velas. Gradualmente em conformidade com a difusão das instituições e estruturas européias que acompanhavam o avanço da fronteira, os mamelucos foram perdendo prestígio, assim como os legados indígenas, não mais necessários após a retomada das tradições do ‘Velho Mundo’.

A transposição da cultura européia, então, não acontece de modo pleno, mas de acordo com as demandas cotidianas de um novo ambiente, resultando em uma nova dinâmica entre meio-cultura-sociedade. Os portugueses incorporam práticas da cultura indígena atribuindo-lhe novas lógicas e significados. Os portugueses e seus descendentes culturais luso-brasileiros, na tentativa de reproduzir no Brasil não apenas suas instituições sociais, mas um espaço físico familiar ao ‘Velho Mundo’, impõem sua cultura e ‘natureza’ a um espaço vasto e heterogêneo, importando

matérias e imatérias, costumes, animais, plantas, crenças. No decorrer de um século, forças políticas e econômicas concorreram para alterar inteiramente o perfil cultural e ecológico dos sertões de minas: enquanto o sertão dos Cataguases contava no século XVI com uma população escassa (provavelmente em função das viroses trazidas com os navios europeus) e dispersa, predominantemente indígena e mameluca; ao longo setecentos, a região transformou-se numa área populosa com alta concentração demográfica em determinados centros, e com elevado índice de populações africanas, afrodescendentes e brancas – quase inexistentes no século anterior.

Há, portanto, uma grande ruptura na dinâmica espacial do interior brasileiro no século XVIII: como esclarece Santos (2008), antes da conquista européia, as relações sócio-ambientais ameríndias eram regidas basicamente por lógicas locais, sendo imprescindível certa continuidade ambiental para manter intactos os *ethos* indígenas. A chegada dos portugueses, que atuam a partir de imperativos ultraoceânicos, impõe uma nova lógica que se sobrepõe aos interesses locais; para os adventícios, não há necessidade de manter equilíbrio ambiental, pois não há correspondência direta entre os ambientes nativos e os meios de vida coloniais. A metrópole e os colonos visavam apenas explorar as riquezas das minas de maneira rápida sem atentar para questões ecológicas que, direta ou indiretamente, constavam no imaginário ameríndio. Além disso, nem a cultura negra nem a branca haviam sido forjadas na interação com aqueles meios específicos, não há identidade.

Apesar da soberania portuguesa, as influências ameríndias impactaram permanentemente as relações entre luso-brasileiros e natureza: nas primeiras décadas de ocupação não-indígena das Minas Gerais, a técnica majoritariamente adotada pelos colonos para cultivo de espécies vegetais originara-se da coivara adaptada, porém a uma lavoura mais intensiva. Mesmo quando em meados do século XVIII, a Coroa tenta inculcar métodos sedentários para facilitar a cobrança de impostos, os horticultores relutam em adotar o arado; se por um lado isso revela a importância das raízes indígenas na formação da cultura mineira; por outro, a necessidade de suprir a população nos padrões de base européia, a partir de uma técnica nativa, teria custado, segundo Dean (1996) cerca de seiscentos quilômetros quadrados de floresta secundária anuais ao longo do século XVIII.

Transformação

Segundo Rizzini (1997), originalmente predominavam, na região estudada, diferentes formações do complexo vegetacional denominado Mata Atlântica, havendo ao norte, espaços de transição para o Cerrado. No Caminho Velho estavam presentes principalmente pequenas incrustações de manguezais em reentrâncias da baía de Ilha Grande, florestas ombrófilas densas, florestas estacionais semidecíduas e campos rupestres e de altitude. Cruzando informações de distintas fontes, concluímos que cerca de 66% da vegetação nativa de Minas Gerais foi destruída (SANO ET AL, 2008; SOS MATA ATLÂNTICA, 2013). Nossa tese sustenta que a invasão portuguesa tenha imprimido, ao longo de suas fronteiras coloniais, um ritmo de devastação de biomas nativos que, embora não tenha exterminado tanto volume de biomassa quanto o desmatamento do século XX, teria representado um marco irreversível de transformação ecológica do Brasil.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a região das futuras Minas Gerais foi explorada, intensamente por bandeirantes paulistas, mas apenas “a chegada de um fator econômico assaz possante” – a descoberta de depósitos auríferos em Minas Gerais na década de 1690 – motivaria Coroa e colonos a ocupar definitivamente um meio considerado tão hostil (LAMEGO, 1950, p. 4); a partir de então, percebe-se um processo progressivo de globalização ecológica.

O ingresso de espécies exóticas nas Américas desestruturou os espaços nativos através de competição, predação e transmissão de pragas e doenças. Os cavalos e bois, por exemplo, foram introduzidos nas Minas Gerais no século XVIII, afetando a permeabilidade dos solos já prejudicada pela perda de cobertura vegetal; os porcos chegaram às Minas talvez antes dos portugueses, multiplicando-se rapidamente e causando significativo impacto não apenas na vegetação, mas também em populações animais. Além disso, a introdução de instrumentos de ferro e a intensificação do uso de fogo expandiram áreas de desmatamento e impediram, muitas vezes, processos naturais de regeneração ecológica (DEAN, 1996).

A crescente pressão demográfica proporcionou uma drástica redução de florestas para a cessão de recursos florestais e espaço às atividades humanas:

o fogo era empregado indiscriminadamente em projetos agropastoris e no exame de formações rochosas e ‘afastamento’ de doenças. Novas dinâmicas predatórias entre cultura e natureza infligiram uma cadeia de eventos de alterações sobre as florestas originais, na qual a fragmentação e perda de habitat eram as primeiras etapas (TABARELLI ET AL, 2010). A retirada da cobertura vegetal e o revolvimento de volumosas camadas de terra criaram paisagens esburacadas, repletas de ravinas e voçorocas que evadiam os nutrientes (ROMEIRO, 2005). Poucas plantas conseguiam se estabelecer nesses solos pobres e erodidos, muitas vezes apenas mata-pasto e outras ervas tenazes ocupavam os espaços degradados (DEAN, 1996). As encostas desprotegidas ficavam sujeitas a desmoronamentos que, não raro, atingiam arraiais localizados nas proximidades. Os fazendeiros provocavam queimadas freqüentes para facilitar a expansão dos pastos; em poucas gerações de pastoreio, os solos, compactados e lixiviados, tornavam-se cobertos por plantas agressivas e pobres em nutrientes. O processo foi extensivo, a degradação dos pastos impulsionava o avanço das franjas pecuárias para áreas de florestas primárias e secundárias, onde o mesmo processo se repetia. “Uma vegetação raquítica, de brotação posterior, aos poucos tomava o lugar das florestas primitivas e dos bosques espessos que de início haviam coberto uma grande parte de Minas Gerais” (BOXER, 2000, p. 73). Nem mesmo as matas ciliares escapavam do inexorável avanço das fronteiras agropecuárias, já que eram os únicos solos desvantajosos às saúvas e, portanto, favoráveis à lavoura. Os campos agrícolas distanciavam-se progressivamente dos núcleos urbanos, impelindo novas alterações também por conta do transporte dos gêneros que necessitava estradas, animais e, conseqüentemente, pastos; as estradas, por sua vez, inauguravam novas dinâmicas que muitas vezes assentavam novos núcleos urbanos (VANGELISTA, 2005). A colonização portuguesa dos sertões selvagens representou, enfim, uma severa degradação natural: a transformação de espaços biodiversos em monoculturas e pasto causou empobrecimento de solos e redução da biodiversidade.

Considerações finais

Os luso-brasileiros derrubaram extensas áreas de florestas para criar plantas e animais, nativos e exóticos, imprimindo marcas ecológicas na paisagem da fronteira colonial. No início, a grande disponibilidade de florestas ofuscava os limites das técnicas; o aumento da demanda, contudo, evidenciou o desgaste ambiental proporcionado pelos amplos e assíduos desmatamentos característicos do avanço da fronteira. A expansão européia, portanto, não disseminou apenas homens e idéias, mas uma gama incalculável de vegetais, animais e microorganismos que completaram o processo de hegemonia que incorporou “uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância” (PÁDUA, 2010, p.84). A reflexão mais relevante sobre o tema, contudo, se refere à nova concepção de espaço imposta às regiões colonizadas: o espaço deixou de ser local. Reduzindo a complexidade do mundo a uma estrutura unidimensional sob domínio europeu, populações e territórios foram incorporados a um sistema-mundo que subordinou lógicas locais ao comando central das metrópoles, expandindo a expansão da escala de agência humana; as decisões agora partem de atores extra-locais não vinculados necessariamente ao lugar.

Referências

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. <http://www.brasiliana.usp.br>. 1711. Acesso em: 29 mar. 2012.
- BOXER, Charles. **A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. “Histórias ameríndias”. **Novos estudos**, n.36, jul.1993, p. 22-23.
- COSTA, Antônio Gilberto. “Os caminhos do ouro e a estrada real para as minas”. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Lisboa: Kapa Editorial, 2005, p. 28-151.
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Visão do paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IBGE. **Mapa de solos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- MANN, Charles. **1491: novas revelações das Américas antes de Colombo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da história ambiental”. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010, p. 81-101.
- RIBEIRO, Núbia. **Os povos indígenas e os sertões das Minas do Ouro no século XVIII**. 2008. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo – SP, 2008.
- RIZZINI, Carlos Toledo. **Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1997.
- RODRIGUES, André Figueiredo. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, 2003, p. 253-270.
- SANO, Edson Eyji et al. “Notas científicas: mapeamento semi-detalhado do uso da terra do Bioma Cerrado”. **Pesquisa agropecuária brasileira**, v.43, n.1, 2008, p. 153-156.
- SANTOS, Márcio. **Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOS MATA ATLÂNTICA. “**Mata Atlântica**”. <http://www.sosma.org.br>. 2013. Acesso em: 20 fev.
- TABARELLI, Marcelo ET AL. “Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: lessons from aging human-modified landscapes”. **Biological Conservation**, v.143, 2010, p. 2328-2340.
- VANGELISTA, Chiara. “‘Sua vocação estaria no caminho’: espaço território e fronteira”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 107-142.
- WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.